

## 18 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA

### Biodiversidade e Recursos Genéticos

O Programa Biodiversidade e Recursos Genéticos – BIOVIDA alcançou resultados expressivos no exercício de 2002, destacando-se novos marcos legais e políticos, institucionais e de infra-estrutura, bem como a consolidação de uma importante e diversificada carteira de projetos executados por órgãos vinculados ao MMA e por um elenco diversificado de instituições governamentais, acadêmicas, fundações e organizações não-governamentais.

Importante diretriz técnica foi consolidada com a publicação da “Biodiversidade Brasileira: Avaliação e identificação de Áreas e Ações Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira”, lançada em agosto de 2002 durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), realizada em Joanesburgo, África do Sul. Poucos países no mundo têm um marco técnico desta natureza, que consolida a informação disponível na literatura científica e a experiência de centenas de pesquisadores e especialistas brasileiros. Este trabalho foi desenvolvido nos cinco grandes conjuntos de biomas brasileiros: i) Amazônia; ii) Cerrado e Pantanal; iii) Caatinga; iv) Mata Atlântica e Campos Sulinos; e v) Zona Costeira e Marinha. A Avaliação identificou 900 áreas geográficas e diversos tipos de intervenção humana que merecem atenção prioritária das agências governamentais, organizações da sociedade civil, organismos internacionais e, também, da cooperação internacional multilateral e bilateral.

Merece destaque a instalação e funcionamento do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN, órgão deliberativo e normativo do MMA criado pela Medida Provisória n.º 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, que tem as atribuições de coordenar a implementação de políticas para a gestão do patrimônio genético e de estabelecer normas técnicas e critérios para as autorizações de acesso e remessa de amostras do patrimônio genético e de conhecimento tradicional associado. Para exercer a função de Secretaria Executiva do Conselho, foi criada no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, por meio do Decreto nº 3945, a Diretoria do Patrimônio Genético, que tem como principal atividade implementar as deliberações daquele órgão colegiado. A partir de abril de 2002, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN realizou 07 reuniões ordinárias e 01 extraordinária, estando previstas mais duas reuniões ordinárias até o final de 2002. Dentre as deliberações do CGEN até fins de outubro de 2002 destacam-se: 1) criação de 05 Câmaras Temáticas no âmbito do CGEN; 2) realização de 37 reuniões das Câmaras Temáticas; 3) aprovação de 03 Resoluções e 08 Deliberações; 4) autuação de 52 processos no âmbito da Secretaria Executiva; e 5) credenciamento de 05 instituições brasileiras como “fiéis depositárias” de amostra de componente do patrimônio genético.

O Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica (PROBIO) apoiou no ano de 2002, até outubro, 53 projetos de médio porte, estando prevista a contratação de mais 17 projetos já selecionados até o final do ano. O PROBIO apóia projetos selecionados em editais públicos, cobrindo atualmente os seguintes temas: i) fragmentação de ecossistemas (15 projetos apoiados, em parceria com o CNPq); ii) criação de Unidades de Conservação (1 projeto apoiado); iii) uso sustentável da biodiversidade no entorno de Unidades de Conservação (24 projetos apoiados na 1ª chamada e 6 na segunda chamada, ambas em parceria com o Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA); iv) recuperação de espécies ameaçadas de extinção e de controle de espécies exóticas invasoras (27 projetos apoiados em parceria com o FNMA); v) inventário da biodiversidade em áreas de lacuna de conhecimento (21 projetos apoiados); vi) estudos temáticos e prospectivos (6 projetos apoiados); vii) apoio a eventos e publicações sobre biodiversidade (diversos projetos apoiados). Durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+10) foi lançado o Relatório Quinquenal do PROBIO (1997-2001).

A Gerência de Recursos Genéticos, no exercício de 2002, alcançou os seguintes resultados mais relevantes: i) conclusão da revisão da Lista Oficial Federal das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção, em parceria com IBAMA e instituições acadêmicas e ambientalistas; ii) contratação de projeto para identificação de espécies da flora brasileira de importância econômica atual ou potencial nos principais biomas do país (Projeto Plantas para o Futuro); iii) controle de aspectos ambientais relacionados à biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados – OGMs e de espécies exóticas invasoras (em associação com o Conselho Nacional do Meio Ambiente, com a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, com a Comissão de Aconselhamento em Biossegurança do Ministério do Meio Ambiente e com o IBAMA); iv) apoio técnico-científico para negociações internacionais sobre biodiversidade e recursos genéticos no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (6ª Conferência das Partes), do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, do Tratado Internacional de Recursos Fito-genéticos para Agricultura e Alimentação, da Convenção sobre Comércio

Internacional de Espécies Ameaçadas - CITES); v) revisão, com apoio do PNUD e do PNUMA, da proposta de assistência preparatória (PDF-B) intitulada “Obtenção, sistematização e uso de informação taxonômica para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da Flora Neotrópica”, projeto em parceria com os governos da Colômbia e do México, que encontra-se no “pipeline” do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF) para aprovação; vi) elaboração da proposta de assistência preparatória (PDF-B) intitulada “Manejo Adaptativo para o Uso Sustentável de Polinizadores por meio da Abordagem Ecológica”, projeto global liderado pela FAO que inclui como um de seus três sub-projetos a “Iniciativa Brasileira de Polinizadores”, proposta pelo MMA, EMBRAPA e USP; vii) aprovação pelo Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF) da proposta de assistência preparatória (PDF-B) intitulada “Construção da Rede Inter-Americana de Informação sobre Biodiversidade” (IABIN), projeto regional em parceria com Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Guiana, Trindade & Tobago, Panamá, Costa Rica, Nicarágua, El Salvador, Guatemala, Belize, México, República Dominicana, Jamaica, Bahamas, Barbados, Santa Lúcia e St. Kitts & Nevis, e em cooperação com Canadá e EUA; viii) criação da “Grupo de Países Megadiversos e Afins” (Grupo de Cancún) para articular posições e estreitar cooperação entre os países megadiversos da América Latina, África e Ásia.

O Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro alcançou os seguintes resultados significativos no exercício de 2002, no âmbito do Programa BIOVIDA: i) Conservação e ampliação do acervo do Herbário, atualmente com cerca de 360 mil exsiccatas, e da Carpoteca, com 6.100 amostras de frutos; ii) Desenvolvimento de linhas de pesquisa, com foco principal na Mata Atlântica, dando origem, no exercício de 2002; iii) Implantação do Laboratório de Biologia Molecular, em cooperação técnico-científica com pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com a finalidade de dar suporte às linhas de pesquisas já desenvolvidas pelo Jardim Botânico, referentes ao estudo filogenético de grupos relevantes da flora nativa, às estratégias de conservação de espécies e à implementação de um banco de DNA de táxons considerados de relevância biológica; iv) Preparado e submetido à CAPES, para credenciamento, o Programa de Pós-Graduação em Botânica Tropical, em nível de mestrado e doutorado, a ser ministrado em parceria com a UFRJ. O curso já recebeu avaliação positiva da área de pré-avaliação. A avaliação final deverá ocorrer ainda em 2002; v) Investimentos realizados em capacitação de pessoal, em cursos de doutoramento, com reflexos diretos na capacidade produtiva do Jardim Botânico, permitiram a manutenção da publicação de duas revistas científicas de padrão internacional, *Rodriguésia* e *Arquivos do Jardim Botânico*.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) alcançou os seguintes resultados significativos no exercício de 2002, no âmbito do Programa BIOVIDA: i) Elaboração, publicação e distribuição do Plano de Ação dos mamíferos Aquáticos do Brasil, versão II, realizado em parceria com o GTEMA e colaboradores eventuais; ii) Implantação do Programa Nacional de Vistorias em Zoológicos Brasileiros e execução de vistorias nos Estados São Paulo, Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Este trabalho é executado em parceria com a Sociedade de Zoológicos do Brasil e organizações não-governamentais locais. Foi também iniciado o levantamento, em nível nacional, das espécies da fauna ameaçadas existentes em jardins zoológicos e em criadouros; iii) Publicação da instrução Normativa IN 04/02, com a revisão geral da legislação sobre zoológicos, e definição, em caráter preliminar, dos critérios para o estabelecimento de normas para atividades de falcoaria, com vista a evitar acidentes aéreos causados por aves; iv) Instalação e realização da primeira reunião da Câmara Técnica de Fauna. Esta Câmara visa oferecer novos instrumentos para a gestão da fauna; v) Realização da primeira reunião técnica “Estratégias para a Conservação e Manejo de Recursos Genéticos de Plantas Medicinais e Aromáticas”, em parceria com a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e publicação dos resultados; vi) Elaboração do Programa de Conservação e Manejo Sustentável de Plantas Medicinais para os próximos cinco anos e criação do Núcleo de Plantas medicinais e Aromáticas;

## **Brasil Joga Limpo**

Entre as ações desse Programa, destacam-se como prioritárias: “Projetos Demonstrativos Visando a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e Saneamento Ambiental” e “Implantação de Instrumentos Tecnológicos e Metodológicos de Gestão Ambiental em Assentamentos Rurais”, ambas da SQA e “Fomento a Projetos de Ordenamento da Coleta Seletiva de Lixo”, do FNMA.

No desenvolvimento da ação “Projetos Demonstrativos Visando a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e Saneamento Ambiental”, três linhas de atuação devem ser ressaltadas.

A primeira voltada para implantação de sistemas de gerenciamento integrado de resíduos sólidos (acondicionamento, coleta convencional e seletiva, tratamento e disposição final), por meio de investimentos, desde que garantidos os conceitos básicos do Programa Lixo e Cidadania, que exige das prefeituras compromissos para

erradicação do trabalho infantil no lixo, assinatura de Termo de Ajuste de Conduta com o Ministério Público, para eliminação do lixo e plano social, para inserção dos catadores no processo de coleta seletiva.

Nesse sentido, no ano de 2002, até o mês de outubro, foi possível atender, no que diz respeito a investimentos, a 37 prefeituras municipais de várias regiões do país, utilizando os recursos provenientes, basicamente, de emendas parlamentares. Até outubro, foram empenhados R\$ 9,2 milhões. Tais projetos beneficiarão cerca de 3,2 milhões de habitantes de áreas urbanas, com projetos de gerenciamento e destinação final adequada de resíduos sólidos urbanos (implantação de aterros sanitários e unidades de triagem, tratamento e reciclagem de resíduos, ações de desenvolvimento ambiental urbano), além de propiciar a melhoria da qualidade ambiental, e, conseqüentemente, redução de doenças infecto contagiosas.

A segunda linha de ação, com recursos empenhados da ordem de R\$ 1,1 milhão até outubro, voltou-se para o aprimoramento da sistemática de acompanhamento dos projetos financiados, criando uma nova cultura de controle, objetivando o fortalecimento das ações de investimentos no nível local, por meio de parcerias, entre o MMA e entidades detentoras de informações e acervo técnico na área de resíduos sólidos, para apoiar a capacitação técnica dos municípios.

Para tanto, foram empenhados recursos para a celebração dos seguintes convênios com entidades locais: Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial – NUTEC, da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará, Fundação Movimento Ondazul, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária - ABES-RS, Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, e Companhia de Saneamento do Espírito Santo – CESAN. Com o mesmo objetivo, encontram-se em fase de negociação convênios com Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável – ASMARE e Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES-SC.

Foi firmado, ainda, Termo Aditivo ao convênio com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, para dar continuidade ao Projeto de Gestão Ambiental Urbana - ProGAU, cujas linhas de atuação destacam o treinamento e a formação de recursos humanos para a elaboração de projetos de gestão integrada de resíduos sólidos, de saneamento ambiental e do uso do solo, em municípios selecionados. O ProGAU é decorrente do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Governos do Brasil e da Alemanha, assinado ano 2000, e conta com o apoio da Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ).

A terceira linha de atuação, que não utiliza a aplicação direta de recursos, objetiva o fortalecimento da Política de Resíduos Sólidos, e resumiu-se na participação de técnicos do Ministério, nas discussões do Projeto de Lei para os Resíduos Sólidos, em audiências públicas realizadas da Câmara Federal, e na elaboração de normas, no âmbito da Câmara de Saneamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, contribuindo, na elaboração das: i) Resolução CONAMA no 308/02: Licenciamento ambiental de sistemas de disposição final dos resíduos sólidos urbanos, gerados em municípios de pequeno porte; ii) Resolução CONAMA no 307/02: Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

A ação “Fomento a Projetos de Ordenamento da Coleta Seletiva de Lixo”, executada pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA, adotou inovação importante, do ponto de vista da democratização na aplicação dos recursos, com o lançamento de editais, sinalizando claramente para os municípios os critérios para aplicação dos mesmos, e contribuindo, inclusive, para a difusão do conceito da gestão integrada de resíduos sólidos. O público alvo são os municípios brasileiros com população urbana entre 20 e 100 mil habitantes, podendo ter como instituições proponentes os órgãos ou entidades municipais ou ainda, consórcios intermunicipais.

A dotação orçamentária, em 2002, consignada em lei, no montante de R\$ 12 milhões, foi limitada em R\$ 8,9 milhões. A execução no período de 1º de janeiro a 31 de outubro de 2002 foi de R\$ 8,5 milhões, correspondendo a 95,5% dos recursos efetivamente disponibilizados, para o atendimento dos projetos aprovados pelo Edital 12/2001, em número de 20, e de termos aditivos de editais anteriores.

O FNMA, visando a divulgação das políticas do MMA sobre gerenciamento e disposição adequada dos resíduos sólidos urbanos, a operacionalização dos aterros sanitários e, ainda, promover maior eficiência na aplicação dos recursos envolvidos, realizou, em 2002, o treinamento de técnicos e dirigentes municipais, visando orientá-los na execução dos projetos, tendo sido capacitados 40 representantes municipais, das cinco regiões do país.

A ação contou com uma dotação de R\$ 600.000,00, e devido a restrições financeiras empenhou, até outubro, somente R\$ 200.000,00, recursos que foram destinados à continuidade das atividades relativas ao Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário/INCRA. Este Termo, firmado em dezembro

de 2001, tem o objetivo de implantar três projetos piloto de assentamentos de reforma agrária ambientalmente sustentáveis, que sirvam tanto de referência para a implantação de novos assentamentos, como alternativas para a recuperação do passivo ambiental nos assentamentos já implantados. Foram selecionados três assentamentos: Canudos/GO (Cerrado); Gangorrinha/PE (Semi-árido); e Chico Mendes/MA (Pré Amazônia) e, durante o exercício de 2002, foram realizados 03 cursos de capacitação técnica para os assentados, principalmente sobre tecnologias alternativas de produção e soluções sustentáveis.

No decorrer de 2002 foi dado a continuidade, ainda, aos seguintes Termos de Cooperação Técnica, com: “Fórum Nacional de Secretários de Agricultura – FNSA, firmado em 2001, objetivando uma articulação estratégica com os órgãos estaduais de agricultura, em função de sua capilaridade e atuação no meio rural, visando inserir a gestão ambiental rural, como diretriz básica das políticas, planos e projetos de desenvolvimento rural local. Em 2002, foram realizados seminários e cursos de capacitação para técnicos agrícolas multiplicadores, em 9 capitais do país. Os cursos, programados em número de 16, em 2002, capacitarão uma média de 800 agentes extensionistas multiplicadores, alcançando um total de 10.000 produtores rurais. FAO /ONU, celebrado em dezembro de 2001, com o objetivo de desenvolver metodologias de gestão ambiental, e validar tecnologias apropriadas para o desenvolvimento rural sustentável, em assentamentos humanos no meio rural. Esta prevista, em um prazo de três anos, a atuação em 12 áreas-piloto experimentais, em diferentes ecossistemas brasileiros. Nesta fase, deverão ser capacitados técnicos de instituições de cooperação, municípios, cooperativas, organizações de produtores, associações rurais, sindicatos e assentamentos de reforma agrária, como multiplicadores de gestão ambiental nos assentamentos humanos no meio rural, visando atingir um total de 300.000 produtores rurais”.

## **Educação Ambiental**

O objetivo do Programa Nacional de Educação Ambiental (PNEA) é promover a gestão da Política Nacional de Educação Ambiental em cumprimento da Lei 9795/99 e do Decreto 4281/02. Dessa forma, cabe a este PNEA incentivar aos estados a implementarem as suas políticas estaduais de Educação Ambiental.

O público alvo de um programa nacional na área ambiental extrapola aquele definido pelo Sisnama. Dessa forma e de acordo com as ações desenvolvidas, os gestores, a sociedade civil, os atores envolvidos na operacionalização do Sisnama, bem como os dirigentes, planejadores, formadores de opinião e tomadores de decisão, dentre outros, são os diretamente alvo deste PNEA.

No âmbito do Programa Nacional de Educação Ambiental, no MMA, os dois projetos em execução são: i) Projeto Pólos de Educação Ambiental e Difusão de Práticas Sustentáveis: No período 2000 - 2003 deveriam ser implantados 27 pólos. Até a presente data foram implantados 05 pólos (até outubro), foram formadas 23 comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental, cada uma correspondendo a um estado da Federação. Além disso, 21 estados já elaboraram o seu Programa Estadual de EA e 2 elaboraram a Lei Estadual de EA. Foram realizados fóruns e seminários em todos os estados com vistas à implementação da Política Nacional de Educação Ambiental. i) O Projeto Implantação do Sistema Brasileiro de Informação sobre EA e práticas sustentáveis já instalado na Internet, teve os módulos Winsibea e Linsibea (para ambientes windows e linux respectivamente) elaborados e instalado como piloto na Universidade Federal de Rio Grande/RS e na Universidade do Vale do Itajaí/SC. Foi formado o Comitê de Gestão do Sibeia, com a participação de órgãos governamentais, ong's, associação de docentes.

Na ação “Fomento a Projetos de Educação Ambiental”, a previsão para o período de 2000 a 2002 era de 57 projetos apoiados – 19 em 2000; 14 em 2001 e 24 projetos em 2002. Até a presente data foram empenhados na ação e tiveram desembolso na mesma 49 projetos – 13 em 2000; 14 em 2001 e 22 em 2002. Foram recebidos 285 projetos, sendo 44 projetos no ano de 2000, 112 projetos no ano de 2001 e 129 projetos no ano de 2002. Durante esse período, em cada um dos três anos houve restrições orçamentárias que dificultaram o atendimento às previsões.

No ano de 2002 a dotação orçamentária foi aprovada pela Lei nº 10.407/02 em R\$ 2.285.481,00, tendo sido esse orçamento limitado pelo Decreto nº 4.120/02 a R\$ 1.301.839,00. No entanto, em função do esforço empreendido no âmbito desta ação e da inserção da temática educação ambiental nas outras ações desenvolvidas pelo FNMA, os projetos apoiados pelo FNMA nesta temática superaram a meta de 57 projetos, podendo ser considerado como resultado desta ação o apoio a 118 projetos.

Na ação “Fomento a Projetos de Educação Ambiental”, a previsão para o período de 2000 a 2002 era de 57 projetos apoiados – 19 em 2000; 14 em 2001 e 24 projetos em 2002. Até a presente data foram

empenhados na ação e tiveram desembolso na mesma 49 projetos – 13 em 2000; 14 em 2001 e 22 em 2002. Foram recebidos 285 projetos, sendo 44 projetos no ano de 2000, 112 projetos no ano de 2001 e 129 projetos no ano de 2002. Durante esse período, em cada um dos três anos houve restrições orçamentárias que dificultaram o atendimento às previsões.

No Ibama, a Coordenação Geral de Educação Ambiental realizou as seguintes atividades: i) Seminário (80 participantes) objetivando discutir: a formação do Conselho gestor da APA de Piaçabuçu de forma paritária, a gestão compartilhada do ordenamento da pesca e do desenvolvimento do ecoturismo com representações da sociedade civil organizada, instituições federais, estaduais e locais e Procuradoria, em conformidade Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2002 (institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza); ii) Elaboração do Projeto Sócioambiental em Assentamentos de Reforma Agrária, no Assentamento Centro do Designo no Município Miguel Alves, localizado a 250 KM de Teresina/PI, onde foram assentadas 470 famílias, há 6 anos, em 6.570 hectares, dentre os quais aproximadamente 40% são áreas de reserva legal e de preservação permanente. Hoje tem mais 130 famílias agregadas, perfazendo um total de 3000 pessoas, com pouco menos de 2 hectares por pessoa, o que condena o assentamento a grandes problemas em um futuro próximo. Objetiva equacionar alternativas e formular estratégias para superar desafios da construção e implementação de um projeto de produção familiar integrada, com sustentabilidade sociambiental, voltada à organização da base social dos assentados, da produção agroecológica, dos problemas de armazenamento, escoamento e da comercialização, da renda e da qualidade de vida dos assentados do Centro do Designo. ii) Ações de capacitação, através de Curso de “Introdução à Educação no Processo de Gestão do Meio Ambiente” destinado a técnicos, professores, multiplicadores das prefeituras municipais, ONG’s, INCRA, IBAMA e outras instituições que atuam no estado, realizado em parceria com a Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno, em Pimenta Bueno/RO, no período de 23/02 a 09/03/2002 para 39 participantes, com carga horária de 40 horas-aula. iv) Participação com Stand para apresentação dos projetos de Educação Ambiental executados pelos Núcleos de Educação Ambiental do IBAMA, distribuição do livro “Como o IBAMA exerce a Educação ambiental” (2.000 exemplares) e palestra proferida pelo Prof. José Silva Quintas, Coordenador Geral de Educação Ambiental do IBAMA na 5a. Conferência Latino-Americana sobre Meio Ambiente (ECOLATINA), em Belo Horizonte-MG, no período de 24 a 27 de setembro. v) Publicações, quais sejam:

- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). “Como o Ibama Exerce a Educação Ambiental”. Coordenação Geral de Educação Ambiental. Brasília, Edições IBAMA, 2002. (15.000 unidades);
- Idem, “As Grandes Orientações da Conferência de Tbilisi”
- organizado pela UNESCO – Coleção Meio Ambiente. Série Estudos Educação Ambiental. 1a. edição. Brasília (DF), Edições IBAMA, 1998. (3.050 unidades);
- Idem, “Pensado e Praticando a Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente”. Coleção Meio Ambiente. Série estudos Educação Ambiental. Edição revisada e ampliada. Brasília (DF), Edições IBAMA, 1997. (3.050 unidades);
- Aguiar, Roberto Armando Ramos de. “Direito do Meio Ambiente e Participação Popular”. Coleção Meio Ambiente. Série estudos Educação Ambiental. 2a. edição. Brasília (DF), Edições IBAMA, 1998. (3.050 unidades);
- Oliveira, Elísio Márcio de. “Educação Ambiental uma Possível Abordagem”. Coleção Meio Ambiente. Série Estudos Educação Ambiental. 2a. edição. Brasília (DF), Edições IBAMA, 2000. (3.050 unidades);
- Quintas, José Silva. “Introdução à Gestão Ambiental Pública”. Brasília (DF), Edições IBAMA, 2002. (3.050 unidades);

A previsão para a implantação dos 27 pólos estaduais de educação ambiental não cumpriu as metas previstas até o momento, que era de 10 por ano. A primeira dificuldade se deveu a necessidade dos estados implantarem as suas comissões interinstitucionais de educação ambiental, bem como implementá-las via decreto governamental. A segunda se deveu à dificuldade dos estados cumprirem os ritos para firmar convênio com o Ministério do Meio Ambiente. O terceiro foi o contingenciamento dos recursos no ano 2002, bem como o interregno eleitoral.

Com a implantação das comissões interinstitucionais e início dos trabalhos com vistas à elaboração dos programas e políticas estaduais de educação ambiental, a implementação da política nacional de educação ambiental se torna realidade no país.

Soma-se a esse esforço os recursos liberados pelo FNMA para atender aos projetos fruto de demanda espontânea, especificamente nas linhas de atuação da Educação Ambiental, bem como de outras linhas que contemplam esse Programa, embora essa não seja o tema específico.

No Ibama, a Coordenação Geral de Educação Ambiental, em 2002, da previsão inicial de se capacitar 1.199 pessoas, via execução direta, estima-se que em 31.12.2002, estarão capacitados 70% do quantitativo previsto.

Esta previsão decorre do contingenciamento orçamentário e da dificuldade de liberação do “financeiro” da fonte 138. Esta dificuldade tornou inviável a realização de atividades que exigiam a realização de despesas diversas (diárias, combustível e outros materiais de consumo, hospedagem, alimentação etc) a pequenos e médios fornecedores, via de regra, não dispõe de capital de giro que lhe permitem suportar o atraso do pagamento em virtude da não liberação do “financeiro”.

No que diz respeito às Edições Ibama/CNIA as atividades desenvolvidas pela Coordenação de Divulgação Técnico-científica vêm superando as projeções feitas pelo PPA. Esta superação deve-se em fato, a grande demanda produzida pelo IBAMA, por meio de suas Diretorias. Além de contarmos com trabalhos em parceria com outras instituições, tais como o próprio MMA, Universidade de Brasília, ELETRONORTE, Biblioteca Nacional e outras. Esta produção coloca a Coordenação de Divulgação Técnico-científica, num patamar editorial comparado ao das editoras de médio porte, as quais editam acima de 20 títulos por ano.

## **Florestar**

Os recursos orçamentários da ação “Fomento a Projetos de Reflorestamento” foram da ordem de R\$ 2.800.000 destinados a apoiar projetos de reflorestamento, com a execução física de plantio de 1.960 hectares de florestas, em todo país nas pequenas propriedades rurais com vistas a beneficiar o pequeno produtor rural. Até outubro/2002 já foram aprovados projetos de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas que equivalem ao plantio de 1.215 ha, com a execução de 90% dos recursos orçamentários.

Merece destaque a formalização do convênio MMA/CEDAC-Centro Agro-ecológico do Cerrado (Cedac), que em 2002 repassou recursos da ordem de R\$ 350.000,00. Foram implantados 210 hectares de sistemas agro-florestais com ênfase na implantação do plantio da espécie florestal nutricional, “baru” consorciado com pastagens e lavoura em pequenas propriedades rurais.

O Programa “Florestal” de geração de emprego e renda do estado de Santa Catarina liberou no biênio 2000/2001 recursos financeiros da ordem de R\$ 7,3 milhões, atendeu 5.036 produtores rurais e implantou 4.794 hectares de florestas em 293 municípios. O valor previsto no orçamento de 2002 para esta ação é de R\$ 12,3 milhões. O projeto aprovado pela SBF/DIFLOR prevê a liberação de R\$ 10,0 milhões que irão beneficiar 14.800 famílias para o plantio de 7.400 ha de área de produção. Porém esta ação não conta com disponibilidade de limites até a presente data.

O valor previsto no orçamento de 2002 para a ação Fomento a Projetos de Assistência Técnica ao Fazendeiro Florestal é de R\$ 680,0 mil para atender 900 propriedades de agricultores familiares caracterizados como fazendeiro florestal. Foram apoiadas partes do projeto de reflorestamento no sul do estado do Espírito Santo/PRORES Sul em 143 pequenas propriedades rurais, 725 ha. Em Minas Gerais foram desenvolvidas atividades de recuperação de áreas degradadas e nascentes envolvendo a comunidade (Municípios de Nazareno e São João Evangelista). Está sendo previsto ainda em 2002, a criação de um Horto-escola para desenvolver técnicas de produção de mudas e outras atividades de treinamento com a comunidade da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns e na Floresta Nacional do Tapajós.

A ação “Fomento a Projetos de Extensão Florestal” é coordenada e executada pelo FNMA-Fundo Nacional do Meio Ambiente. Objetiva promover atividades de capacitação de produtores rurais, implantação de projetos de revegetação de áreas de preservação permanente e aptidão florestal, fomento à oferta de sementes e mudas e sistemas agroflorestais.

Os recursos orçamentários previstos para 2002 são da ordem de R\$3.900.000,00. De janeiro a outubro de 2002 foram executados 33 projetos perfazendo um total de R\$1.222.029,00. referidos projetos são executados por demanda espontânea ou induzida.

Foram realizados 6 cursos de capacitação para executores de projetos, que atingiu 196 pessoas de 130 instituições. Outros 4 cursos para capacitação de elaboradores de projetos atendeu 109 pessoas de 60 instituições.

Com os recursos da ação Fomento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologia Florestal da ordem de R\$ 205.771,00 em despesa de capital foi apoiado parte do projeto de Reflorestamento PRORES Sul/ES para compra de equipamentos, ferramentas e veículo utilitário. Outro projeto que está sendo apoiado é o de implantação da segunda fase do Jardim Botânico no Município de São Gonçalo do Amarante/CE.

A ação “Pesquisa e Desenvolvimento em Conservação, Manejo, Transformação e Utilização de Florestas e Agroflorestas” é executada pela Embrapa. Os recursos alocados ação são R\$ 6,6 milhões sendo R\$2,7 milhões do tesouro nacional e R\$ 3,9 milhões de fonte externa.

Os resultados obtidos neste ano de 2002 foram: i) Estudos de sistemas de manejo florestal e agroflorestal sustentáveis-2 estudos; ii) Tecnologias sustentáveis para florestas naturais e cultivadas e reabilitação de áreas de paisagem; iii) Determinação e indicação de prática silvicultural para o cultivo de taxi-branco (*Sclerolobium paniculatum*), uma espécie adequada para reflorestamento para fins de energia a partir de sua biomassa, na região de cerrado amapaense; iv) Determinação de métodos e espécies para o enriquecimento de florestas secundárias antigas no planalto dos Tapajós, Estados do Pará; v) Teste de material propagativo. Foram realizados 7 estudos; vi) Estudos de sistemas integrados de manejo e controle de pragas, doenças e invasoras. Sem resultados; vii) Estudos de técnicas de secagem e conservação de madeiras; viii) Produção de software para monitoramento e controle da produção em sistemas florestais e agroflorestais. Sem resultados; ix) Métodos de transferência de tecnologias

Coordenada e executada pelo Ibama, a ação “Reposição Florestal”, trata da vistoria em projetos de reposição florestal realizada com recursos também recolhidos ao Ibama, pelos consumidores de madeira. Estes consumidores implantam florestas para o seu consumo futuro garantindo a sobrevivência da indústria de base florestal. As pequenas propriedades estão tendo alternativa de ganho de renda com a implantação de florestas, criando até melhores condições ambientais e gerando empregos no campo. De acordo com informações fornecidas pelo Ibama foram alocados recursos orçamentários e financeiros a 19 estados brasileiros, no valor de R\$ 483.340,00, que possibilitaram a vistoria de 110.965 hectares de área plantada, com recursos desta fonte.

## **Florestas Sustentáveis**

No que se refere o Monitoramento dos Planos de Manejo das Florestas Sustentáveis, as ações empreendidas na Amazônia Legal fazem parte de um conjunto de medidas Legislativas e operacionais adotadas pelas distintas áreas do Governo, das quais destaca-se a Medida Provisória 2080-64, o Decreto 3559 e a Lei 7511. Todos do manejo dos recursos naturais renováveis.

O método para avaliação do Inventário Florestal, com 100% de intensidade amostral (IF100%), através da seleção mista de árvores (aleatória e sistemática), sofreu uma adequação no ano de 2001 com a inclusão de indicadores e verificadores de qualidade da avaliação para todas as modalidades de manejo, para melhor mensurar os trabalhos e foram realizadas cerca de 1.087 vistorias em Planos de Manejo Florestal Sustentável nos Estados da Amazônia Legal, e 1.000 vistorias em áreas autorizadas para desmatamento. Também foi realizado acompanhamento de campo em cerca de 500 projetos e processos para atender a demanda do Ministério Público e de averbação de Reserva Legal.

No tocante aos treinamentos e reciclagem dos técnicos do IBAMA, OEMAS e outras Instituições públicas e privadas, estudantes e profissionais liberais, com vistas a reorientar a atividade florestal produtiva da Amazona para sustentabilidade econômica, social e ecológica, foram realizados 40 cursos na região da Amazônia Legal, contemplando cerca de 1.500 pessoas. A simples divulgação das informações sobre manejo Florestal pode incentivar sua adoção, uma vez que esta prática demonstra a potencialidade de aumento de lucro e reduz significativamente os danos à floresta.

A implantação do Sistema Integrado de Monitoramento e Controle de Produtos Florestais – SISPROF, 07 Estados da Amazônia Legal (Maranhão, Mato Grosso, Pará, Amazonas, Tocantins, Acre e Amapá),

tem por objetivo controlar, monitorar e avaliar toda a cadeia de custódia de produtos de base florestal, observando-se os princípios de conservação de preservação florestal.

A criação do Núcleo de Apoio ao Manejo Florestal (NAMF), através da PORTARIA Nº 182/2001, de 05 de dezembro de 2001 – D.O.U. de 10/12/01, tem por finalidade estimular o manejo florestal sustentável de uso múltiplo, em todas as suas etapas de desenvolvimento, visando promover a educação para o trabalho na área florestal; promover a assessoria e a assistência técnica, tecnológica e jurídica aos planos de manejo florestal sustentável de uso múltiplo, quando couber; desenvolver mecanismos de gestão de projeto, processo, organização comunitária, qualidade e marketing ligados ao manejo florestal; reunir e fornecer informação tecnológica aos participantes dos seus programas e projeto; capacitar recursos humanos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, dos técnicos e das comunidades no que se refere ao manejo e beneficiamento de recursos florestais; receber as demandas dos segmentos sociais afetos ao manejo florestal, de forma a serem assimiladas e atendidas pela instituição com agilidade; e, priorizar o atendimento aos pequenos e médios proprietários e as comunidades organizadas que praticam ou que pretendam praticar o manejo florestal sustentável de uso múltiplo.

O Brasil possui, atualmente, 61 Florestas Nacionais – FLONAS, abrangendo área de aproximadamente 16,54 milhões de hectares, 35 das quais localizadas na região norte do país, representando 99,4% da área total. As florestas das regiões sul e sudeste, no entanto, são as que vem sendo manejadas de forma mais integral, com vistas ao uso múltiplo. A atividade de exploração madeireira e não madeireira nas FLONAS destas regiões renderam, em 2002, aproximadamente R\$ 6 milhões.

Algumas florestas da região norte são exploradas com atividades de mineração, como é o caso das Florestas de Saracá-Taquera e Carajás, ambas no Pará, onde foi desenvolvido estudo de valoração econômica referente às madeiras extraídas em área de aproximadamente 2.700 ha, onde ocorreu atividade de lavra.

Conforme o estabelecido no Programa Nacional de Florestas, foi dada ênfase na meta de criação de novas Florestas Nacionais, sendo, em 2002, criadas 13 unidades (totalizando aproximadamente 3.000.000 há), para desempenharem papéis estratégicos.

A ação Controle da Comercialização e do Transporte de Produtos Florestais está integrado ao Sistema Integrado de Monitoramento e Controle dos Produtos Florestais – SISPROF (antigo “Sistema de Fluxo de Produtos e Subprodutos da Flora – SISMAD”) que já se encontra instalado em sessenta (60) unidades do IBAMA, distribuídas por vinte e dois (22) Estados.

Para se atingir o objetivo da ação Fomento a Processamento de Produtos Florestais, o monitoramento da exportação dos demais produtos e subprodutos oriundos da flora foi consolidado através de vistorias de produtos, especificamente, para a exportação, em empresas, armazéns alfandegados, portos aeroportos e fronteiras do país. Além das vistorias dos produtos florestais, os processos, a documentação necessária exigida em conformidade com a legislação vigente, também é analisada para efeito de liberação do produto. Além do controle acima descrito, existe nas principais bases portuárias e fronteiras do país o Sistema de Controle de Exportação – SISCOEX, onde são registrados e monitorados todos os despachos de exportação referentes à liberação de produtos e subprodutos florestais. Dessa forma o sistema, além de monitorar as exportações, permite o controle e emissão de estatísticas mais seguras e eficazes.

O MMA, por meio do IBAMA, monitorou, a exportação de produtos e subprodutos florestais nos portos e fronteiras secas. A exportação de plantas medicinais, carvão de florestas plantadas, óleos essenciais, serrados, laminas, compensados e beneficiados alcançou um patamar elevado na balança comercial, no mesmo exercício.

A ação Apoio às Populações Tradicionais em Reservas Extrativistas, compreende, essencialmente, as atividades que compõem o alcance do resultado previsto pela meta de “Comunidades Apoiadas”: o fortalecimento das organizações das populações tradicionais; e a criação de novas Reservas Extrativistas.

Dois aspectos são relevantes para destacar no período em relação às ações que envolvem as populações tradicionais da Amazônia, o primeiro diz respeito ao incremento da área de Reservas Extrativistas em aproximadamente 2,5 milhões de hectares, quase duplicando o tamanho em relação ao período anterior, beneficiando diretamente 4 mil famílias que se utilizam dos recursos florestais de forma mais sustentável. O segundo, diz respeito ao reconhecimento pelo Ministério da Reforma Agrária das Reservas Extrativistas como áreas para reforma agrária incluindo-as como beneficiárias do PRONAF, crédito para implantação de infra-estrutura



familiar. Neste sentido, 2,5 milhões de hectares devem ser somados aos 3 milhões de hectares de áreas já criadas, computando-se ao índice da “área florestal manejada” o equivalente a 5,5 milhões de hectares, o que representa a garantia da estabilidade fundiária para aproximadamente 10 mil famílias que vivem nas Reserva Extrativistas e a manutenção do ecossistema.

Mesmo considerando que 5,5 milhões de hectares estão sob regime de manejo por populações tradicionais da Amazônia e que garante-se a estabilidade fundiária e a manutenção do ecossistema original das Reservas Extrativistas, ainda são insuficientes os recursos disponibilizados para ações básicas de educação e saúde para estas populações, assim como infra-estrutura mínima de transporte e geração de energia, assim como de investimentos na forma de linhas de crédito necessários para viabilização econômica dessas áreas tendo o ecossistema como seu principal gerador de renda, sendo de extrema importância a participação do Estado para alavancar o uso sustentável, o beneficiamento, transporte e comunicação.

Um importante aspecto na gestão das Reservas Extrativistas foi a aprovação da Lei 9.985 de 18/07/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação onde, no caso das Reserva Extrativistas, prevê a criação de um Conselho Deliberativo para a gestão compartilhada da unidade.

## **Parques do Brasil**

A partir do lançamento do PPA 2000-2003, a proteção ao meio ambiente passa a ser vista não como uma restrição ao desenvolvimento, mas como um mosaico de oportunidades de negócios sustentáveis, que harmonizam o crescimento econômico e a proteção de nossos recursos naturais.

Nesse contexto, o Programa Parques do Brasil foi criado com o objetivo de ampliar as áreas sob proteção em cada Bioma brasileiro, com a melhoria de sua gestão, e tem o intuito de facilitar a coordenação e integração dos esforços de implantação e gestão de áreas protegidas nos níveis federal, estadual e municipal.

Dentre as ações do Programa, destacam-se: a ampliação da área sob proteção no território nacional; a capacitação de recursos humanos para a gestão de parques e outras áreas protegidas; a melhoria da gestão, viabilizando o uso público das unidades de conservação (UC) e a realização de estudos sobre o valor econômico da proteção das áreas naturais (geração de emprego e renda, pureza de mananciais etc).

O programa tem como clientela direta o IBAMA, estados e municípios, os visitantes, instituições de pesquisa, populações, tradicionais ou não, habitando no interior ou no entorno de áreas protegidas, instituições envolvidas no estabelecimento e gestão dessas áreas e o setor turístico/recreativo. Indiretamente, as ações alcançam toda a sociedade, via externalidades positivas decorrentes da conservação dos ambientes naturais.

O estabelecimento de um sistema nacional de áreas protegidas é determinado pelo objetivo setorial número 5 das Orientações Estratégicas do Ministério do Meio Ambiente “Promover a implantação, consolidação e gestão de áreas protegidas e do sistema nacional de unidades de conservação” e obedece à diretriz de “Regularizar e melhorar a gestão das áreas protegidas” do macro-objetivo 11, das Orientações Estratégicas do Presidente da República para o quadriênio 2000-2003.

Os benefícios aos seres humanos provenientes das chamadas áreas protegidas vão desde a preservação strictu sensu, considerando as necessidades das gerações futuras, até benefícios econômicos diversos, dos quais destacam-se: i) manter a diversidade natural; ii) conservar os recursos genéticos para avaliação de seu potencial de uso; iii) favorecer a pesquisa científica; iv) conservar os recursos hídricos; v) proteger investimentos (evitando e controlando a erosão do solo e assoreamentos dos rios e represas, mantendo regular a vazão dos rios etc.); vi) manter e produzir a fauna silvestre; vii) proporcionar recreação em contato com a natureza; viii) manejar os recursos florestais; ix) proteger paisagens de notável beleza cênica; x) proteger sítios históricos e/ou culturais; xi) assegurar a qualidade ambiental; xii) proporcionar flexibilidade de tecnologia; e, xiii) assegurar o crescimento econômico regional (organizando e enfocando todas as ações do desenvolvimento integral rural e urbano, pela geração de oportunidades estáveis de trabalho, bem como de economias locais (por exemplo: turismo).

O Programa Parques do Brasil se desdobra em ações realizadas pelo Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.

A ação Capacitação de Recursos Humanos para a Gestão de Áreas Protegidas tem por finalidade a promoção e fomento à capacitação de recursos humanos para a gestão de Áreas Protegidas, propondo a estruturação de linguagem e de bases conceituais nacionalmente uniformes.

A principal meta é o estabelecimento das bases conceituais e dos métodos de planejamento, manejo e gestão de áreas protegidas, preparando e formando gestores, educadores ambientais e profissionais, para atuar na conservação da natureza, mediante a seleção de técnicas mais apropriadas às peculiaridades de cada biorregião.

A ação Ampliação do Sistema Nacional de Áreas Protegidas, tem a finalidade de desenvolver bases referenciais para a ampliação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Sua meta é a concentrar esforços no sentido de consolidar as Unidades já criadas, principalmente no que tange à regularização fundiária, implantação de infra-estrutura mínima e capacitação de recursos humanos.

A ação Estudo para a Expansão e Consolidação de um Sistema de Áreas Estritamente Protegidas – AMAZÔNIA tem por finalidade realizar os estudos para a implementação do projeto financiado pelo BID/IUCN/WWF para expansão e consolidação de um sistema de áreas estritamente protegidas.

O Brasil, por suas características geográficas, é um dos 06 países detentores de uma megadiversidade. No entanto, possui paisagens espetaculares e ecossistemas vulneráveis ainda não protegidos. Por isso, o Governo Federal firmou compromisso de proteger, por meio da criação de Unidades de Conservação de proteção integral, pelo menos 10% de nossos recursos naturais como parte de uma meta global de proteção de florestas, a qual já aderiram 22 países na campanha “Florestas para a Vida”, promovida pela WWF Internacional.

Em uma primeira fase, está sendo priorizado o bioma Amazônia com a identificação e implantação de novas unidades de conservação nesta região, simultaneamente à consolidação das unidades já existentes.

A ação Estudos para o Desenvolvimento da Política Nacional de Áreas Protegidas, tem o objetivo de promover a regulamentação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e implantar os instrumentos nele previstos.

Outra ação componente deste programa, Estudos para o Desenvolvimento da Política Nacional de Áreas Protegidas tem a finalidade de promover a regulamentação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e implantar os instrumentos nele previstos.

A ação Fomento à Gestão Integrada de Áreas Protegidas, visa o fomento aos projetos de gestão integrada de áreas protegidas estaduais e municipais, e dará amplitude nacional ao Programa Parques do Brasil, por meio do apoio a iniciativas que promovam a integração das Unidades de Conservação, estaduais e municipais, com o seu entorno.

Espera-se o incremento da conservação in situ da biodiversidade por meio do apoio a iniciativas locais, bem como a integração das políticas públicas voltadas para áreas protegidas, por meio da coordenação das ações dos diferentes entes federativos e da difusão dos princípios do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Este projeto apoiará iniciativas que visem a promoção de estudos para a criação de Unidades de Conservação, a elaboração de Planos de Manejo para a efetiva implantação das Unidades, a capacitação de entidades gestoras e a estruturação das Unidades para a consolidação das mesmas. Apoiará, ainda, projetos que busquem estabelecer a sustentabilidade econômica dessas Unidades e das áreas de seu entorno, bem como um modelo de gestão participativa, por meio da constituição de Conselhos dessas áreas protegidas.

Os Estudos para Valoração Econômica das Unidades de Conservação, cuja finalidade é desenvolver metodologia para a valoração econômica de ecossistemas e dos recursos naturais protegidos por UC's federais, tem por objetivo principal o desenvolvimento de estudos de caso para conhecer e valorar os benefícios econômicos advindos da conservação ambiental in situ, realizada por meio de unidades de conservação, e outras amostras de ecossistemas sob proteção legal.

A Gestão, Manejo e Fiscalização de Unidades de Conservação visa assegurar em nível federal e fomentar no âmbito nacional a conservação de amostras representativas dos ecossistemas brasileiros beneficiando a proteção da biodiversidade in situ.

Outro componente do programa, Implantação de Infra-Estrutura de Ecoturismo em Unidades de Conservação tem a finalidade de realizar estudos técnicos e dotar as Ucs de infra-estrutura de apoio à visitação integrá-las ao contexto sócio-econômico regional como pólos de ecoturismo.

Identificam-se, especialmente nos últimos anos, substancial incremento nos números de visitantes que procuram os parques nacionais para atividades de lazer, gerando significativas pressões sobre a conservação dos recursos naturais. Assim, torna-se necessário que, prioritariamente nessas unidades de maior demanda pelos visitantes, sejam aprimoradas as infra-estruturas de apoio à visitação e aperfeiçoados os programas de cunho educativo centrados no ecoturismo visando o controle dessas pressões.

Em relação à ação Desenvolvimento de Técnicas de Manejo de Ecossistemas Brasileiros, de responsabilidade da Embrapa/MAA, que tem por finalidade a ampliação e a conservação, no local, dos recursos genéticos e o manejo sustentável dos parques e áreas de proteção ambiental, os estudos a respeito da flora e da fauna; dos impactos agrícolas no ambiente; da definição do zoneamento e do monitoramento ambiental; do monitoramento e da sustentabilidade dos sistemas intensivos/integradas, da agricultura e da pecuária, e de métodos de transferência de tecnologia, foram o norteador da aplicação dos recursos orçamentários disponibilizados no exercício.

A ação Regularização Fundiária de Unidades de Conservação Federais, cujo objetivo é a regularização fundiária de unidades de conservação federais, tem as seguintes etapas: regularização fundiária de unidades de conservação (aquisição de terras, pagamento de benfeitorias a posseiros, demarcação dos limites da unidade), informar os resultados alcançados e os benefícios auferidos pela sociedade, em decorrência das ações empreendidas, possibilitando a consolidação das Unidades de Conservação e o incremento no uso público dos mesmos, por meio de visitação, ecoturismo, pesquisa e educação ambiental.

A ação Implantação de Unidades de Conservação Federais, concentra esforços na consolidação das unidades de conservação, por meio de implantação e implementação de ações de proteção de ecossistemas

A Conservação e Manejo Integrado de Ecossistemas, desenvolve ações que procuram:

- Elaborar e implantar projetos para promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade;
- Criar, definir, delimitar e realizar estudos e publicações na escala corredores ecológicos;
- Elaborar, implementar, monitorar e publicar estudos e projetos de planejamento e gestão biorregional e ecorregional.

Dentre o resultados mais relevantes alcançados no exercício de 2002, apesar das restrições de recursos financeiros, foram criadas novas áreas de conservação, efetuados convênios com o IBAMA, MARINHA (PROANTAR), CNPq (PROANTAR), ESTADOS, MUNICIPIOS e ONG'S.

As áreas de conservação tiveram acréscimo de aproximadamente 10.600.000 (dez milhões e seiscentos mil) hectares, no período de 2000 a 2002, destacando-se: o Parque Nacional de Tumucumaque (AP), com 3.800.000 ha.; o Parque Nascentes do Parnaíba (PI/MA/TO), com 750.000 ha.; Implantação da infra-estrutura turística, treinamento de pessoal, educação ambiental e preparação de áreas de uso turístico do Parque da Serra do Brigadeiro e seu entorno; Projeto de Canionismo e Escalada no Parque Nacional de Caparão; Plano de Proteção da Rebio de Trombetas e Estação Ecológica Raso da Catarina; 4º Encontro Nacional de Biólogos/2º Encontro de Biólogos do CRBIO 4 e 1º Encontro de Biologia de Ouro Preto; Seminário Brasil x França (Federação dos Parques Naturais Regionais da França); Reunião Regional da Convenção RAMSAR e Lançamento de Selo Comemorativo dos "Recifes de Coral, no Brasil.

Foram também firmados diversos convênios com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, com vistas ao atendimento de demandas da sociedade, como o de implantação da logística básica para viabilizar a proteção do Parque Nacional do Monte Pascoal (BA) e o de monitoramento da Reserva Extrativista de Corumbau (BA).

Outros convênios podem ser citados: Comando da Marinha: Proantar - Mudanças Ambientais na Antártica - Impactos Global e Local; CNPq: Proantar - Mudanças Ambientais na Antártica - Impactos Global e Local.; Prefeitura Municipal de São Gonçalo - RJ; Prefeitura Municipal de Goiânia-GO; Prefeitura Municipal de

Itajá - GO; Prefeitura Municipal de Maurié; Prefeitura Municipal de Minaçu - GO; Prefeitura Municipal de Santa Isabel.

A ampliação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, além de propiciar aumento das áreas protegidas elevou, em 2001, os recursos orçamentários, entretanto a sua execução foi afetada devido à baixa arrecadação das fontes próprias do IBAMA, bem como o contingenciamento das fontes tesouro, gerando redução da execução orçamentária aprovada pela LDO.

No exercício de 2002, a dotação orçamentária das ações do Programa Parques do Brasil, teve os seus recursos severamente contingenciados, restringindo com isto o apoio à criação de novas unidades municipais e estaduais; muito embora a demanda tenha crescido de forma expressiva, com a criação aproximadamente 6 (seis) milhões de ha. de áreas de proteção integral.

O Ministério do Meio Ambiente, por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA, no período de 2001/2002 apoiou, por espontânea e demanda induzida, 62 projetos, representando o percentual de 98% da meta do PPA 2000/2003. Entretanto, como o projeto de lei do orçamento da união para o exercício de 2003 prevê uma meta física de 38 projetos, o total de projetos no PPA 2000-2003 passa para 94 projetos apoiados, o que significa dizer que o FNMA executará 66% da meta prevista. Os projetos apoiados são orientados à elaboração e implementação de planos de manejo, além de apoiar a capacitação à gestão de reservas particulares do patrimônio natural.

Outro fator que atesta a eficiência do Programa Parques do Brasil, no biênio 2001/2002, é a relação entre os descritores de ação e as metas alcançadas. É necessário, no entanto, garantir o fluxo de recursos para que o possa proceder de forma eficaz as suas atribuições, de conformidade com que está estabelecido pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que trata do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC.

No âmbito desse programa foram essas ações desenvolvidas pela Embrapa: Qualificação da biodiversidade do bioma cerrado; Caracterização e recuperação de Matas de Galeria degradadas do bioma Cerrado; Manejo de recursos pesqueiros do Pantanal; Conservação e utilização da fauna nativa do Pantanal; Ecologia e utilização da flora do Pantanal; Caracterização e zoneamento dos recursos naturais dos Tabuleiros Costeiros; Caracterização ambiental da região de Clima temperado; Caracterização e avaliação dos recursos climáticos e hidrológicos no Cerrado brasileiro; Avaliação e monitoramento dos remanescentes de Mata Atlântica do Nordeste do Brasil; Identificação e uso de bactérias diazotróficas em gramíneas e outras plantas não leguminosas; Desenvolvimento e implementação do sistema brasileiro de classificação de solo; Banco de dados georeferenciados sobre recursos naturais da região Oeste do Brasil; Biodiversidade de espécies vegetais do bioma Caatinga em áreas degradadas por ação antrópica; Zoneamento agropedoclimático do Brasil; Manejo em agricultura orgânica.

A carteira de Gestão Integrada de Áreas Protegidas apoiou 62 projetos distribuídos em 13 estados e 4 biomas (Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga e Zona Costeira); Com destaque para o Bioma Mata Atlântica onde aproximadamente 80% dos projetos apoiados estão localizados. Esses projetos adquiriram os recursos por meio da modalidade demanda induzida e demanda espontânea. A linha temática Gestão Integrada de Áreas Protegidas tem abrangência nacional. Os projetos apoiados têm sua distribuição nas regiões nordeste, centro-oeste, sudeste e sul. Cabe ressaltar que o apoio à gestão de unidades de conservação na região norte é contemplado por meio da linha temática Amazônia Sustentável. No universo de projetos apoiados, 57% tem por objetivo a elaboração de planos de manejo para a unidade, 34% implementar ações previstas no plano de manejo, 7% implementação de programas regionais de capacitação a gestão, e 2% dos projetos em vigência desenvolvem ações diferentes daquelas apoiados pelas linhas temáticas existentes. Entretanto, tais ações, na maioria das vezes, contribuem com implantação e/ou criação de unidades de conservação.

## **Prevenção e Combate a Incêndios Queimadas e Desmatamentos**

Até o ano 2001 o Plano de ação de Combate a Incêndios, Queimadas e Desmatamento foi o elo de ligação entre as ações do Programa, sendo realizados debates direcionados a diversos pontos como descentralização, desconcentração, desburocratização, fortalecimento da infra-estrutura, potencialização da incorporação de atores voluntários, bombeiros, policiais florestais, proprietários entre outras ações. Entretanto no ano de 2002 detectou-se um avanço pouco significativo, em função do Decreto nº 4.120 de 02/02/2002, que disponibilizou o valor orçamentário para a execução desta ação de R\$ 462.255,00.

Na atividade de “Prevenção de Incêndios Florestais” – PREVFOGO, desenvolveu-se ações de prevenção e combate aos incêndios florestais, por meio de apoio técnico e logístico, nos Parques Nacionais além da aquisição de 20 unidades móveis (veículos), contratação de 28 brigadistas e a realização de 28 cursos de Formação de Brigadas nos Parques Nacionais .

Na atividade Controle de Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais constatou-se uma queda da taxa de desmatamento, contrariando as tendências estabelecidas devido as ações de controle do IBAMA.

No que tange a Fiscalização de Recursos Florestais, continua sendo mapeado as áreas por satélite para a identificação de problemas, através de helicópteros, aviões, veículos e de pessoal nas operações.

Destacou-se durante o ano a operação “Mata Atlântica”, resultando em 3 autos de infração de desmatamento, 3 autos de infração de transporte ilegal de madeiras e 1 auto de infração com relação a queimada ilegal, realização da “Operação Mogno” no estado do Pará, visando o controle e comércio de madeiras na região além de cursos básicos de fiscalização para agentes na região Nordeste, operação “Boca do Acre” e “Extrema” no estado do Acre, visando o combate, desmatamento e tráfico de madeira, reuniões do Mercosul realizada em Buenos Aires, visando a fiscalização de fronteiras.

No Monitoramento de Queimadas e Prevenção de Incêndios Florestais, foram processados arquivos, via satélite, gerando indicativos de focos de calor e mapa de riscos que permitiram o aperfeiçoamento do controle de queimadas, tendo como resultado uma maior área monitorada e conseqüentemente maior controle e respostas dos focos de calor, diminuindo assim o número de Alertas Verdes (fogo em área florestada) e acidentes com fogo.

Na ação Prevenção de Queimadas e Incêndios no Arco do Desmatamento na Amazônia – PROARCO foi verificado em 2002 um acréscimo significativo de focos de calor da ordem de 34% devido a 2 fatores principais como a expansão das atividades agropecuárias e condições meteorológicas desfavoráveis. Entretanto o aumento dos Alertas Verdes (fogo em área florestada) foi menor proporcionalmente ao esperado em função do intenso trabalho de prevenção na Amazônia.

Estes resultados foram atingidos com os esforços na capacitação das equipes de fiscalização do IBAMA e dos órgãos ambientais dos estados envolvidos no uso de helicópteros, bem como no envolvimento da sociedade civil sobre o tema fogo, por meio da formação e treinamento de brigadas municipais e no fortalecimento de comitês estaduais e municipais de prevenção e combate a incêndios florestais, envolvendo diversas instituições públicas e a sociedade civil.

## **Proágua-Gestão**

O Programa Proágua-Gestão, tem por objetivo garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade, com a promoção de seu uso racional, visando impedir que sua escassez relativa impeça o desenvolvimento sustentável. O Programa tem cinco ações, sendo duas Atividades - o Monitoramento e o Fomento a projetos de manejo e conservação de recursos hídricos - e três Projetos - a Revitalização de bacias hidrográficas, a Prevenção dos impactos das secas e enchentes, e os Estudos para a disponibilização de água bruta no Semi-Árido.

O Proágua-Gestão comprometeu, do total da dotação prevista em Lei, R\$22,3 milhões (45,4%), sendo R\$16,9 milhões da fonte 148 e R\$5,4 milhões da fonte 1185. Em relação ao Limite Orçamentário de R\$18,6 milhões, foram empenhados, respectivamente, R\$5,7 e R\$3,8 milhões, que totalizam R\$9,5 milhões, ou seja cerca de 51,2% do Limite, e destes foram liquidados R\$3,9 milhões, 21% do empenhado e apenas 8% do valor da Lei.

O projeto “Fomento a Projetos para Prevenção dos Impactos das Secas e Enchentes” deu prosseguimento a uma das alternativas para solução dos problemas da seca no Semi-Árido que é a Cisterna Rural, técnica simples e eficaz de armazenamento de água potável, por meio da recuperação das águas das chuvas, captadas a partir dos telhados das casas. Além de seu baixo custo, cerca de R\$550,00 por unidade, a técnica traz a vantagem de permitir o aproveitamento de águas existentes em seu local de uso, minimizando perdas decorrentes do transporte e evitando sua contaminação por manejo inadequado, reduzindo, assim, os riscos de doenças de veiculação hídrica.

A atuação da ANA tem como princípio básico a gestão integrada dos recursos hídricos com a participação da sociedade. Neste sentido, associou-se à ONG Articulação no Semi-Árido – ASA, contrato para a

viabilização de parte do Projeto Um Milhão de Cisternas para todas as Famílias do Semi-Árido. Em pesquisa realizada, em 1999, no Sertão do Pageú - PE, concluiu-se que os gastos médios com água de beber, cozinhar e higiene bucal (consumo humano) são da ordem de 9 litros/pessoa/dia ou 16.000 litros/família/ano. Tomando-se como referência o ano de 1999, que foi um ano de seca severa na região do Pageú, e tomando, ainda, como referência o município que menos recebeu chuvas nessa região - Iguaracy, com 344,6 mm - e, a partir dessa pluviometria, multiplicando-se pelo potencial médio de captação de água da chuva dos telhados residenciais das famílias da referida pesquisa (78 m²), subtraindo-se 10% de perdas, pode-se concluir que seria possível uma captação média mínima, de 24.000 litros de água por residência/ano, o que significaria um excedente para gastos domésticos de 8.000 litros/ano.

O Projeto Fomento a Projetos para Prevenção dos Impactos das Secas e Enchentes, deu segmento à implantação de Projetos demonstrativos de cisternas rurais, no Semi-Árido Nordeste, investindo R\$3,2 milhões. As metas físicas programadas e realizadas, no ano de 2002, foram as seguintes: i) capacitação em gerenciamento de recursos hídricos, cidadania e convivência com o semi-árido (3 cursos) - 79 técnicos; ii) capacitação em gestão administrativa – financeira da implementação das cisternas no nível da comunidade (4 cursos) - 82 técnicos; iii) capacitação de pedreiros em técnicas de construção de cisternas (24 cursos) - 260 pedreiros; iv) capacitação das famílias envolvidas diretamente com o projeto de implementação de cisternas (107 oficinas) - 6.948 famílias; v) capacitação de pedreiros instrutores (3 oficinas) - 26 pedreiros-instrutores; vi) capacitação das equipes das Unidades Gestoras (3 oficinas) - 72 gerentes administrativos e técnicos financeiros; vii) campanha de comunicação e mobilização social – informativo quinzenal – NOTÍCIAS DO SEMI-ÁRIDO, programa de rádio semanal - RÁDIO CIDADÃO – Rede Cidadã (85 emissoras em 11 estados do Nordeste, abrangência população de 1.000 Municípios) - 12 edições e 15 programas de rádio; viii) mobilização e Controle Social - 158 Municípios; ix) implementação de Unidades Gestoras na Bahia, Alagoas, Piauí, ASA, DIACONIA e OSCIP - 5 Unidades Gerenciais; x) conclusão de 6.948 projetos demonstrativos de cisternas rurais, parte integrante das 12.400 programadas pela ANA, do Projeto 1 Milhão de Cisternas - P1MC, em dez Estados do Semi-Árido Nordeste:

AL - Programado P1MC = 39.900; Programado ANA = 273; Realizado\* = 180

BA - Programado P1MC = 337.000; Programado ANA = 2.675; Realizado\* = 1.566

CE - Programado P1MC = 75.000; Programado ANA = 1.810; Realizado\* = 998

ES - Programado P1MC = 7.600; Programado ANA = 163; Realizado\* = - -

MG - Programado P1MC = 22.200; Programado ANA = 480; Realizado\* = 272

PB - Programado P1MC = 115.000; Programado ANA = 2.133; Realizado\* = 1.183

PE - Programado P1MC = 146.000; Programado ANA = 1.835; Realizado\* = 1.148

PI - Programado P1MC = 62.000; Programado ANA = 1.000; Realizado\* = 600

RN - Programado P1MC = 73.800; Programado ANA = 1.758; Realizado\* = 807

SE - Programado P1MC = 21.500; Programado ANA = 273;

Realizado\* = 194

TOTAL - Programado P1MC = 1.000.000; Programado ANA = 12.400; Realizado\* = 6.948

\* Metas executadas até outubro de 2002.

Com relação, ainda, aos Projetos para Prevenção dos impactos das secas e enchentes, foi realizada a operacionalização do Sistema de Alerta de Enchentes nas bacias do Rio Doce e Sapucaí, dando início ao trabalho de minimização dos impactos das enchentes no País, no valor de R\$178,6 mil. O Sistema de Alerta Hidrológico da Bacia do Rio Doce opera alertando 16 municípios da bacia quanto ao risco de ocorrência de enchentes e já evitou as consequências das cheias, na cidade de Governador Valadares (MG), nos dias 01 e 02 de janeiro de 2002.

O Fomento a Projetos para Prevenção dos Impactos das Secas e Enchentes, com R\$26,1 milhões previstos em Lei, comprometeu 100% do limite orçamentário estabelecido de R\$3,4 milhões (13,1% da Lei).

Desses, foram empenhados R\$3,1 milhões e pagos R\$1,6 milhões, ou seja 6,3% do previsto em Lei e 53% do empenhado.

Com relação ao Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos - SEGRH o índice de eficácia de implantação foi de 70,5% da meta estabelecida e para o Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos – SNGRH o índice de eficácia de implantação foi de 66,9%, sinalizando que o Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos vem sendo implementado, tanto a nível federal como estadual, em especial, no Nordeste, foco de maior atendimento do Programa.

Os resultados mais relevantes do Proágua-Gestão são aqueles decorrentes da implementação do Sistema Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos nas Bacias Hidrográficas, incluindo seus componentes institucionais, como os comitês de bacias, agência de bacias, associações de usuários, bem como os instrumentos do sistema, como a outorga, cobrança e planos de bacia.

Em seu Componente Estadual, Proágua Semi-Árido, foram empenhados e liquidados R\$2,7 milhões para os estados integrantes do projeto, a exceção do Espírito Santo, dos R\$14,6 milhões comprometidos. O Proágua Semi-Árido traz consigo uma missão estruturante, com ênfase no fortalecimento institucional de todos os atores relevantes envolvidos com a gestão dos recursos hídricos, tanto nas bacias das águas de domínio da União, quanto nas bacias das águas de domínio dos Estados integrantes do Projeto: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e, mais recentemente o Espírito Santo.

As principais atividades desenvolvidas estão distribuídas em dois grandes componentes: gestão, e estudos e projetos. Gestão é a estruturação dos sistemas estaduais de gerenciamento de recursos hídricos, congregando instrumentos técnicos e institucionais. O componente estudos e projetos fornece a base para implementação de obras de infra-estrutura hídrica que serão executadas pelo Programa Proágua Infra-Estrutura, gerenciado pelo Ministério da Integração Nacional – MI, tendo como princípios básicos a sustentabilidade hídrica e operacional dos empreendimentos.

Destacam-se neste Componente Estadual os seguintes resultados:

Criação de órgãos gestores de recursos hídricos e de marcos institucionais relevantes no Estado da Bahia como a criação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos da Bahia – FERHBA, a reorganização da Superintendência de Recursos Hídricos - SRH e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CONERH (Lei nº 8.194, de 21 de janeiro de 2002), e a aprovação do Regimento da Superintendência de Recursos Hídricos da Bahia - SRH (Decreto nº 8.247, de 08 de maio de 2002).

No Componente Nacional do Projeto foram empenhados e pagos recursos da ordem de R\$3,4 milhões dos R\$7,6 milhões comprometidos, para atender os contratos da Agência com a Organização Meteorológica Mundial – OMM, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura – UNESCO e o convênio PRODOC - ANA/UNESCO 914/BRA-45. Destes, R\$2,2 milhões foram para a OMM, cujo objeto é implantar o projeto de modernização tecnológica dos sistemas de monitoramento e georeferenciamento hidrológico e a capacitação técnica para fins de gerenciamento de recursos hídricos. Para a UNESCO foram pagos R\$1,2 milhões, cujo objeto é consolidar a Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH, através do desenvolvimento científico e tecnológico em recursos hídricos, da implantação de sistemas de gestão de recursos hídricos em bacias hidrográficas prioritárias, e da implantação de projetos de conservação, revitalização e de prevenção de eventos críticos em bacias hidrográficas prioritárias. Para atender o PRODOC 914/BRA-45 foram liquidados R\$952,0 mil, cujo objeto é apoiar a coordenação e o gerenciamento do projeto Proágua Semi-Árido através do fortalecimento institucional das UGP-Gestão e UGP-Obras.

O Projeto Estudos para Disponibilização de Água Bruta no Semi-Árido – Proágua Semi-Árido teve empenhado R\$6,4 milhões (42% do Limite e 31% da Lei) dos R\$15,2 milhões do Limite Orçamentário fixado. Destes foram liquidados R\$2,3 milhões, ou seja, 35% do empenhado e 11% da Lei.

Com relação aos indicadores de resultado do Programa, foi possível medir apenas a variação do Índice de Vazão Outorgada para a região do Semi-Árido, excluída a bacia do São Francisco, que foi de 3,2%.

## Qualidade Ambiental

Este Programa tem como objetivo contribuir para melhoria da qualidade ambiental e para a preservação e conservação dos recursos naturais. O programa manteve a estrutura original de três subcomponentes: i) Fortalecimento técnico do processo de licenciamento ambiental; ii) Modernização dos procedimentos para o licenciamento ambiental; e iii) Desconcentração das atividades de licenciamento ambiental do IBAMA.

As atividades de desconcentração tomaram nova forma a partir de uma decisão institucional de criar em todas as 27 Gerências Executivas do IBAMA um Núcleo de Licenciamento Ambiental para atuar como unidade avançada da Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental - CGLA. No entanto, no âmbito do Acordo de Empréstimo, firmado junto ao BID, nº 1013, apenas 10 das 27 tiveram aporte de recursos para sua implantação, desse modo, os 10 núcleos de licenciamento ambiental estão localizados nos Estados de Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo, Ceará, Pernambuco, Mato Grosso, Paraná e Amazonas.

Desta forma, além de beneficiar a sociedade em geral, as atividades executadas pela Ação envolve um significativo esforço do Ministério do Meio Ambiente em modernizar e agilizar o processo de licenciamento ambiental federal, articulando com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA, Órgãos Estaduais de Meio Ambiente – OEMAs, Ministérios Setoriais e Organizações Não Governamentais.

No âmbito da ação “Elaboração do Perfil Nacional de Substâncias Químicas” está sendo promovida a elaboração do documento intitulado “Perfil Nacional da Gestão de Substâncias Químicas”, que constitui um diagnóstico da situação brasileira relacionada à gestão de substâncias químicas e visa orientar o estabelecimento de medidas que promovam a redução de riscos dessas substâncias à saúde humana e ao meio ambiente.

O Perfil Nacional de Substâncias Químicas se constituirá em uma peça para orientar à tomada de decisões, quanto às medidas corretivas e preventivas necessárias à redução dos níveis de riscos dessas substâncias ao meio ambiente e à saúde humana, a elaboração do Perfil possibilitará o atendimento pelo Brasil, de recomendação emanada do Fórum Intergovernamental de Segurança Química – FISQ, do qual o Ministério do Meio Ambiente, representado pela Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos – SQA, constitui o Ponto Focal no país, no que se refere à implementação de ações de natureza técnico-operacional.

Além disso, o projeto para estabelecimento de metodologia para inventário de estoques obsoletos de produtos perigosos e desenvolvimento de sistema de informações sobre esses estoques, objeto de Convênio firmado com o Centro Tecnológico de Minas Gerais – CETEC, em 2002, que encontra-se em andamento, porém, em razão de vários fatores, o cronograma físico foi prejudicado, sofrendo atraso na execução das metas iniciais.

Foram realizadas três reuniões ordinárias e uma extraordinária da Comissão Coordenadora do Plano de Ação em Segurança Química - COPASQ, instituída pela Portaria MMA nº 319, de 27/12/2001. No âmbito da COPASQ, foram definidos os agrupamentos de substâncias a serem contemplados pelo Perfil, os dados e informações concernentes aos diferentes capítulos do Perfil estão em processo de levantamento/resgate. O texto final, em caráter de esboço, do documento “Perfil nacional da Gestão de Substâncias Químicas” deverá estar concluído no início de dezembro, conforme o cronograma.

A proposta brasileira com as sugestões de alteração de códigos alfandegários na Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, para inclusão de códigos específicos de substâncias discriminadas nas Convenções de Roterdã e Estocolmo que não os possuem, foi submetida ao SGT-6. A proposta de alteração de códigos foi aprovada no âmbito do Grupo do Mercado Comum do MERCOSUL (GMC) com recomendações à Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM) para encaminhamento ao Comitê Técnico No. 1 – Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias (CT-1), para apreciação e aprovação dos códigos específicos propostos. Prevê-se até o final do ano uma decisão a respeito, o que então virá a possibilitar a implementação dos procedimentos de controle da movimentação transfronteiriça das substâncias químicas abrangidas pelas referidas Convenções.

A ação “Fomento a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente – PNMA II” é implementada mediante Acordo de Empréstimo BRA 4524-BR, firmado pelo Governo com o Banco Mundial, e está estruturado em 3 componentes: Desenvolvimento Institucional, que visa apoiar os estados na melhoria da gestão ambiental por



meio do aprimoramento dos instrumentos Licenciamento Ambiental, Monitoramento da Qualidade da Água e Gerenciamento Costeiro; Ativos Ambientais que objetiva apoiar projetos que estimulem a adoção de práticas sustentáveis e de gestão integrada entre os diversos setores econômicos que impactam os recursos naturais, buscando melhorar efetivamente a qualidade do meio ambiente e gerar benefícios socioeconômicos; e Coordenação e Articulação para apoiar as atividades de implementação do Acordo de Empréstimo.

Além dos Estados da Paraíba, Acre, Rio Grande do Sul, Ceará, Paraná, Pernambuco e São Paulo, em 2002 estão sendo apoiados pelo componente Desenvolvimento Institucional/Licenciamento Ambiental os projetos dos Estados de Goiás e Minas Gerais. Esses projetos visam basicamente promover o fortalecimento do Licenciamento Ambiental enquanto instrumento de gestão ambiental, e possuem foco na descentralização, no desenvolvimento de sistemas informatizados, na melhoria de normas e procedimentos operacionais, e na aplicação de inovações no processo dos Sistemas Estaduais de Licenciamento, com foco em áreas piloto de cada um desses estados.

Com relação ao componente Desenvolvimento Institucional/Monitoramento da Qualidade da Água foram realizados Projetos de Monitoramento da Qualidade da Água nos Estados da Bahia, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Com respeito ao componente Desenvolvimento Institucional/Gerenciamento Costeiro nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe, somados aos projetos já apoiados em 2001 dos estados da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Paraná, que visam a melhoria da Gestão Ambiental do Litoral Brasileiro; em relação ao componente Ativos Ambientais, foram aprovados cinco projetos nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

No âmbito da ação “Fomento a Projetos de preservação ambiental e a recuperação de danos causados pela indústria do petróleo”, seu escopo e delimitação compreendem projetos/estudos de Preservação Ambiental, e ações que recuperem áreas degradadas pela indústria do Petróleo, assim, no Projeto de Avaliação Ambiental Estratégica do Licenciamento Ambiental da Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, que visa contribuir para o fortalecimento do licenciamento ambiental de competência federal das atividades de exploração e produção de petróleo, e estudo do aprimoramento através da aplicação do instrumental da Avaliação Ambiental Estratégica, e capacitação de recursos humanos para a gestão ambiental da indústria de petróleo no país.

Desta forma, além de beneficiar a sociedade em geral, as atividades executadas pela Ação envolve um significativo esforço do Ministério do Meio Ambiente, ao articular com outros agentes, a exemplo da Agência Nacional do Petróleo, Ministério das Minas e Energia, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA, Órgãos Estaduais de Meio Ambiente – OEMAs, Universidades e Organizações Não Governamentais.

## **Recursos Pesqueiros Sustentáveis**

O Programa Recursos Pesqueiros Sustentáveis tem como objetivo geral “promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua conservação”. Para atingir tal objetivo desenvolve as seguintes ações: a) Avaliação do potencial sustentável dos recursos vivos da zona econômica exclusiva – Revizee (MD/CM/SECIRM); b) Prospecção e avaliação dos estoques pesqueiros (IBAMA); c) manejo dos recursos pesqueiros (IBAMA) d) Fiscalização do uso dos recursos pesqueiros (IBAMA); e) Fomento a projetos de uso sustentável dos recursos pesqueiros (MMA/FNMA); f) Implantação de sistema de gestão do uso dos recursos pesqueiros (MMA/SBF); g) Implantação de sistema nacional de informações pesqueiras (MMA/SBF); h) Levantamento do potencial sustentável dos recursos vivos da zona econômica exclusiva (MMA/SQA); i) Pagamento do seguro desemprego ao pescador artesanal (MTE/SPPE); e j) Monitoramento ordenamento do uso dos recursos pesqueiros

As atividades desenvolvidas no âmbito das ações manejo de recursos pesqueiros; prospecção e avaliação dos estoques pesqueiros; e monitoramento ordenamento do uso dos recursos pesqueiros e a cargo do IBAMA, fundamentais para a melhoria da qualidade da gestão das espécies sobreexploradas, resultaram em 27 espécies manejadas, 12 estoques avaliados e manejados, 51 portarias normativas elaboradas, acompanhamento da estatística pesqueira nos 27 estados da Federação, 1 boletim de estatística pesqueira elaborado.

O seguro desemprego para o pescador artesanal atendeu 53.693 pescadores, até outubro de 2001, representando um aumento de aproximadamente 15% em relação ao exercício anterior. Embora tal número possa

parecer pequeno frente ao número estimado de pescadores artesanais (800.000), vale destacar que o seguro desemprego se destina aqueles que capturam espécies objeto de defeso ou piracema. Neste sentido, muito mais que um auxílio de renda mínima, o seguro desemprego se configura como um instrumento econômico para o uso sustentável dos recursos pesqueiros.

No que se refere ao desenvolvimento do Sistema de Gestão dos Recursos Pesqueiros, enquanto documentos básicos estão sendo desenvolvidos, exercitou-se, de maneira não formalizada, a negociação social para a gestão do camarão da costa norte, da piramutaba, da sardinha e da lagosta, tendo-se, para esta última espécie, elaborado a versão preliminar de um plano de gestão de longo prazo.

A “Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos na Zona Econômica Exclusiva” – REVIZEE, resulta do compromisso assumido pelo Brasil ao ratificar, em 1988, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (em vigor desde 16/11/1994), e incorporar os seus conceitos à legislação brasileira, tanto pela Constituição Federal de 1988, quanto pela Lei No 8.617, de 4 de janeiro de 1993.

O REVIZEE, ao longo de sua existência, tem confirmado os direitos exclusivos de soberania econômica e a jurisdição brasileira sobre a ZEE, permitindo o desenvolvimento de operações oceanográficas, de campanhas de prospecção pesqueira, de estudos de dinâmica de populações e de avaliação dos estoques nas quatro regiões. Propiciou, assim, a elevação do patamar de conhecimentos sobre os recursos vivos marinhos nacionais, tanto em termos de compreensão da dinâmica dos recursos tradicionais, quanto da descoberta de novos recursos.

Os principais produtos do REVIZEE em 2002 referem-se à conclusão dos “Resultados Técnico-científicos do REVIZEE na Região Sudeste-Sul da ZEE”, refletida numa série de 26 livros (em processo de publicação) sobre as diversas áreas temáticas (prospecção pesqueira, dinâmica da frota pesqueira, dinâmica de populações e oceanografia – física, química, geológica e biológica); processamento de informações em uma base computacional padronizada (SisREVIZEE); início das atividades de integração regionais e inter-regionais (conclusão das atividades de coleta de dados referentes às áreas de hidrologia e plâncton, geologia e bentos, e dinâmica de populações; entrega dos relatórios finais para todas as áreas temáticas); e oito grandes grupos de espécies avaliados.

É importante salientar que, com os sucessivos contingenciamentos de recursos desde o início do período do Plano Plurianual (PPA 2000-2003), diversas atividades do Programa foram prejudicadas.

## **Turismo Verde**

O objetivo do Programa Turismo Verde/PROECOTUR é implantar o desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia Legal como uma das bases para o desenvolvimento sustentável da região, criando um contexto apropriado e as condições necessárias que permitam preparar os 09 (nove) estados brasileiros da Amazônia Legal – AC, AP, AM, MA, MT, PA, RO, RR e TO – para administrarem de forma responsável e eficiente áreas ecoturísticas selecionadas. Os recursos para financiamento deste Programa são oriundos do Contrato de Empréstimo entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e o Governo Federal.

O Programa é composto por quatro ações contempladas no PPA 2000/2003 e no Orçamento Geral da União, sob a responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente: Assistência Técnica e Financeira em Ecoturismo na Amazônia – Proecotur, Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental do Ecoturismo na Amazônia – Proecotur, Implantação de Infra Estrutura nos Pólos Ecoturísticos da Amazônia – Proecotur e Capacitação de Recursos Humanos em Ecoturismo na Amazônia – Proecotur.

A ação - Assistência Técnica e Financeira em Ecoturismo na Amazônia inclui a manutenção e funcionamento da Unidade de Gerenciamento do Programa-UGP/SCA/MMA, responsável pelo gerenciamento, monitoramento e avaliação do Programa, os Núcleos de Gerenciamento do Programa – NGP, parceiros na execução do Proecotur, nos estados integrantes da Amazônia Legal e o apoio a projetos relevantes dentro do contexto do objetivo do Programa. Neste exercício, além da manutenção da UGP e dos NGS, o Proecotur apoiou 10 (dez) projetos considerados relevantes para a implementação desta ação, com resultados satisfatórios.

A ação - Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental do Ecoturismo na Amazônia consiste na elaboração da Estratégia de Turismo Sustentável para Amazônia Legal, as Estratégias Estaduais e Locais de Ecoturismo, os Estudos para Planejamento e Gestão de áreas protegidas com potencial de ecoturismo e o Planejamento dos Pólos de Ecoturismo. A Estratégia de Turismo Sustentável para Amazônia Legal foi licitada, mas

a comissão designada para o processo, optou por reformular a estrutura da licitação, em função da complexidade dos produtos a serem licitados. O novo edital deve ser lançado nos próximos meses. Quanto às Estratégias Estaduais (Acre, Amapá e Roraima) e Locais (Belém/Costa Atlântica/PA, Marajó/PA, Guaporé/MT, Jalapão/TO) estarão todas concluídas até novembro/2002, exceções a Mato Grosso e Pará. Com relação aos Estudos para o Planejamento e a Gestão das áreas protegidas a avaliação é que: até dezembro de 2002, 12 (doze) estudos estarão concluídos (nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Rondônia), dentre os 31 (trinta e um) previstos. Os 05 (cinco) Planos de Desenvolvimento dos Pólos Ecoturísticos previstos, estarão concluídos até dezembro de 2002.

A ação - Implantação de Infra Estrutura nos Pólos Ecoturísticos da Amazônia se refere aos Investimentos Essenciais nos Pólos de Ecoturismo e elaboração de Projetos de Infra-estrutura Prioritários para a segunda etapa do Programa. Já foram elaborados e concluídos 11 (onze) projetos para obras de infra-estrutura essenciais e até dezembro/2002 estarão finalizados mais 11(onze) totalizando 22 (vinte e dois) projetos devidamente elaborados e aprovados, dentre os 44 (quarenta e quatro) previstos nesta Fase I do Proecotur. Quanto às obras prioritárias que tiveram seus projetos concluídos, 07 (sete) estão em andamento. Neste exercício, o Proecotur atendeu 08 (oito) Projetos com recursos oriundos de emendas parlamentares, consignados na Lei Orçamentária para o exercício de 2002.

A ação - Capacitação de Recursos Humanos em Ecoturismo na Amazônia – Proecotur está sendo executada em atividades encadeadas, iniciando pela sensibilização e mobilização comunitária (já realizadas) até chegar a cursos específicos e profissionalizantes. Nesta estratégia de execução, foram realizadas 23 (vinte e três) oficinas de sensibilização em ecoturismo (1ª etapa do componente da capacitação) em 08 estados da Amazônia Legal e uma em Brasília, totalizando 944 participantes. E 01 (uma) oficina de Integração e Planejamento entre o Proecotur e o Programa Nacional de Municipalização do Turismo –PNMT. Encontra-se em fase de conclusão os Termos de Referência para realização dos Cursos Específicos de qualidade no atendimento aos visitantes e monitores de ecoturismo.

Neste exercício, foi elaborada uma cartilha sobre ecoturismo, com tiragem de 05(cinco) mil exemplares, e um vídeo destinados aos interessados em participar das atividades do Programa. A disseminação/publicação das melhores práticas em ecoturismo encontra-se em fase de elaboração, mas já está sendo disponibilizada à assistência técnica prestada aos Núcleos de Gerenciamento do Programa e municípios.

Além dos resultados acima mencionados, por ação, o Programa está a cada ano mais fortalecido em função de um gerenciamento descentralizado e participativo com os estados e municípios. Como impacto positivo está a institucionalização e a disseminação do objetivo do Programa, a nível nacional e internacional, incrementando o ecoturismo, propiciando entrada de divisas, rendas e geração de emprego, principalmente na região. No estudo realizado pelo NGP do Amazonas em 2001, revelou que o incremento do turismo no estado foi de 3%/ano em relação aos últimos 03 anos, atualmente gerando 17.000 empregos diretos e 84.000 indiretos. Outro indicador foi o levantamento realizado pelo Banco da Amazônia -BASA que indicou um aumento na demanda em 375% do número de operações financeiras para empreendimentos turísticos, no período de 2000/02 em relação a 1997/1999.